

*Getúlio Vargas, o medo do golpe e a questão dos reajustes salariais em 1935: o sim aos militares e o não aos civis**

THIAGO CAVALIERE MOURELLE**

Arquivo Nacional

Resumo: Este artigo analisa um dos mais importantes acontecimentos políticos de 1935: o grande debate em torno da aprovação do reajuste do soldo militar na Câmara dos Deputados e o veto presidencial para que tal aumento fosse estendido aos funcionários públicos civis. A questão tomou vulto e repercutiu muito na imprensa. Gerou, inclusive, grave crise entre os aliados do governo, chegando a levar à renúncia do general Góis Monteiro, um dos mais importantes ministros de Vargas. O presidente, inicialmente, era contra qualquer aumento salarial, diante do momento de crise econômica vivido pelo país, mas percebeu que a aprovação era vital para si, já que as ameaças de golpe eram reais e a necessidade de estar bem com as Forças Armadas, em um momento de crise, acabou se tornando mais importante para ele.

Palavras-chave: Reajuste salarial; Militares; Vargas.

Abstract: This article examines one of the most important political events in 1935: the great debate on the approval of the adjustment of service pay in the House of Representatives and the presidential negative to the extent of it for civil servants. The question reflected much in the press. This created serious crisis between government allies and the General Gois Monteiro resigned.

* Recebido em 11 de fevereiro de 2015 e aprovado para publicação em 16 de março de 2015.

** Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Possui Mestrado em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Trabalha como Historiador no Arquivo Nacional.

The president initially was against any pay rise, because of the time of economic crisis experienced by the country, but realized that the approval was vital for him because the coup threats were real and the need to be well with the Armed Forces, in a moment of crisis, turned out to be more important.

Keywords: Wage increase; Military; Vargas.

Em abril de 1935 o Brasil vivia sob o Governo Constitucional de Getúlio Vargas. Desde julho de 1934 a normalidade democrática havia sido restabelecida, com a promulgação de uma nova constituição. O mandato dos Deputados Constituintes, prorrogado pela Carta Magna,¹ finalmente estava chegando ao fim. Nas eleições de outubro havia sido eleita uma nova Câmara (NICOLAU, 2004), que assumiria em maio de 1935, assim como novos deputados constituintes estaduais. Conforme foram sendo instaladas as Assembleias Legislativas estaduais, responsáveis pela eleição dos governadores e pela elaboração das constituições dos estados, vários deputados se adiantavam e renunciavam ao mandato federal, a fim de se envolverem com as démarches regionais. Foi o caso, por exemplo, de Henrique Bayma (Partido Constitucionalista/SP) e Antônio Carlos Pacheco e Silva (Representante Classista dos Empregadores),² ambos eleitos deputados estaduais em São Paulo; de Gilbert Gabeira (Representante Classista dos Empregados), no Espírito Santo; e de Adolfo Bergamini (Partido Economista Democrático/DF), no Distrito Federal.

Contudo, os poucos deputados que continuaram a frequentar as últimas sessões legislativas da Câmara Federal começaram a enfrentar um problema que ficaria para seus sucessores: o reajuste do soldo militar. A

¹ Pelo Artigo 2º das Disposições Transitórias da Constituição de 16 de julho de 1934.

² Vale lembrar que a Assembleia Constituinte de 1933, assim como a Câmara Federal de 1934, tinham os chamados representantes classistas, dos empregados e dos empregadores, uma novidade da época. Para mais, ver: (MORAIS FILHO, 1976), (GOMES, 1980) e (TAVARES, 1988).

análise dos comentários feitos por Vargas, em seu diário, nos possibilita verificar que o presidente aceitou dar tal aumento, após pressões que vinculavam a manutenção da ordem no país ao deferimento do reajuste. Quando preparava o projeto que seria enviado à Câmara, ele escreveu:

A conspiração está marchando. O utilitarismo do aumento de vencimentos é monstruoso, pelo que pretende arrancar ao Tesouro [...]. Quando ditador, recusei um aumento talvez mais modesto; como presidente constitucional, devo enviá-lo ao Congresso. Vamos experimentar a capacidade deste em engolir sapos (VARGAS,1995, p. 362).

E o Congresso teve muita dificuldade em engolir esse sapo. Adolfo Bergamini, antes de deixar a Câmara dos Deputados para se dedicar à política do Distrito Federal,³ fez questão de ler o artigo 41, parágrafo 2º, da Constituição de 1934, que dizia que o presidente da República era o responsável por estabelecer o aumento dos militares. Bergamini julgou que Vargas queria “transferir a responsabilidade para o Congresso” ao remeter o projeto, sem qualquer comentário ou orientação. Era para não se indispor com as Forças Armadas, que o presidente enviava a proposta de reajuste para a Câmara, porém sem os devidos comentários exigidos pelo Regimento, quando o Presidente da República envia diretamente um projeto de lei ao Legislativo. Bergamini completou seu discurso dizendo ainda que supunha que Vargas “não teve coragem bastante para dizer aos militares que a situação financeira do momento não comporta o aumento dos servidores da nação”.⁴ Acúrcio Torres (Partido Evolucionista/RJ) e Mozart Lago (Partido Economista Democrático/RJ) apoiaram Bergamini e o assunto acabou gerando a última grande discussão dessa legislatura e a primeira da seguinte.

³ Bergamini foi eleito, nas eleições de 14 de outubro de 1935, deputado Federal e vereador do Distrito Federal. Na época, um mesmo candidato poderia se eleger para diferentes cargos e até em diferentes estados na mesma eleição. Optou pela política carioca, abrindo mão de seu cargo na Câmara Federal.

⁴ Diário do Poder Legislativo. 218ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 23/04/1935, p. 2989.

A julgar pelos registros de Vargas em seu diário, a intenção governamental era realmente de que o pedido de reajuste não fosse aprovado. Mas tal manobra não poderia ser exposta publicamente, obviamente para não desagradar aos militares e não colocá-los contra o governo. A responsabilidade de agir contra o aumento ficava por conta do ministro da Fazenda, Artur de Souza Costa. Em 5 de abril de 1935, o *Correio da Manhã* afirmava que o ministro estava “de acordo” com o reajuste, “mas dentro das possibilidades do Tesouro”.⁵ Ou seja, nada estava claro. No dia seguinte, o mesmo jornal mencionava que, para Souza Costa, “não dispõe o Tesouro recursos para novos encargos”.⁶ Nesse caso, o ministro da Fazenda fazia o que o presidente não queria fazer: dizia não.

Souza Costa ainda respondeu a um pedido de informações da Câmara sobre o impacto financeiro do aumento com rapidez incomum. Normalmente, os ministros demoravam cerca de dois meses para responder aos requerimentos da Câmara. Mas dessa vez a resposta veio em questão de dias. O ministro informava que, caso fosse aprovado o reajuste, a despesa anual da União com salários iria mais do que dobrar: de 142.579:944\$ (cento e quarenta e dois mil contos, quinhentos e setenta e nove mil-réis, novecentos e quarenta e quatro centavos)⁷ para 293.964:240\$ no Exército e, na Marinha, de 45.588:456\$ para 88.386:960\$.⁸

O lobby dos militares era grande, atingindo não apenas o presidente da República, mas também os deputados. Logo que o projeto de lei entrou em discussão no plenário da Câmara, no dia 3 de abril de 1935, Vargas fez uma anotação em seu diário dando conta da pressão que o general Guedes da Fontoura fez sobre a base governista:

⁵ *Correio da Manhã*. 05/04/1935, “O reajustamento do vencimento dos militares”, p. 2.

⁶ *Correio da Manhã*. 06/04/1935, “O reajustamento do vencimento dos militares”, p. 2.

⁷ Aqui fizemos a leitura por extenso do valor citado, a fim de familiarizar o leitor com a moeda da época, o mil-réis. De agora em diante os valores apresentados ficarão somente em algarismos numerais, a fim de dar dinâmica ao texto.

⁸ Diário do Poder Legislativo. 204ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 05/04/1935, p. 2491.

Em resumo: uma comissão que se arvorou no direito de falar em nome das Forças Armadas organizou uma tabela de vencimentos, vantagens e privilégios que acarreta um aumento de 300 mil contos num orçamento com um déficit de meio milhão. E o general Fontoura procura o presidente da Câmara, o relator da comissão e outros, dizendo-lhes com arrogância que, ou aprovam a tabela como está, ou ele não garante pela ordem! (VARGAS, 1995, p. 375).

Os políticos pressionados pelo general seriam Antônio Carlos (Partido Progressista/MG), presidente da Câmara, justamente por ser quem definia quais projetos entrariam na pauta do dia, podendo dessa forma atrasar ou adiantar o trâmite da proposta de reajuste; e o relator do projeto na Comissão de Finanças e Orçamento, o deputado Valdemar Falcão (Liga Eleitoral Católica/CE). Ele foi um dos quatro membros da comissão – composta por onze deputados – que apresentou parecer favorável, mas com uma extensa ressalva clamando pela diminuição do total de gastos previstos no projeto. Desconfortável, pediu para ser substituído da relatoria antes da segunda discussão, escolhendo-se para tanto o deputado Euvaldo Lodi, representante classista dos empregadores. Lodi, para contornar a crise, declarou apoio total ao reajuste. Nesse contexto, a pressão dos generais fez o governo divulgar uma nota pública, em 12 de abril de 1935, dizendo que o debate sobre o aumento era uma atribuição do Legislativo, que deveria estudar a questão “sem coação de nenhuma espécie”.⁹

Mas, o general Guedes da Fontoura, apontado por Vargas com o principal responsável por essa coação, acabou exonerado, sob a acusação de liderar uma tentativa de levante contra o governo. O *Diário da Noite*, em 22/04/1935, noticiou o que chamou de “tentativa de levante na Vila Militar” e a exoneração do general Guedes.¹⁰

O ocorrido mostra o quanto os ânimos estavam acirrados entre o governo e os militares. O resultado foi que os deputados da maioria, depois

⁹ *Diário da Noite*, 13/04/1935, p. 1.

¹⁰ *Diário da Noite*, em 22/04/1935.

da hesitação inicial, tomaram, evidentemente, a mesma atitude de Vargas e não quiseram entrar em antagonismo com as Forças Armadas, passando a prestar apoio incondicional ao reajuste. Lavaram as mãos. José Murilo de Carvalho percebe a mudança do Exército a partir dos anos 1930, muito graças à ação do general Góis Monteiro, fortalecendo-o como instituição, na busca por buscar os interesses coletivos do Exército e impedir a fragmentação e a política individual dentro da organização, como ocorrera durante os anos 1930, com o surgimento do movimento tenentista (CARVALHO, 2005, p. 13-61).

É especialmente importante perceber a tensão entre civis e militares em um momento de grande polarização ideológica, de intensificação de passeatas e mobilizações sociais e de questionamento sobre os rumos do movimento que levava Vargas ao poder alguns anos antes – em 1930. A Ação Integralista Brasileira apresentava seu projeto para o país, assim como a Aliança Nacional Libertadora. O presidente da República, que ficava de forma discricionária no poder durante quase quatro anos, vivia uma nova realidade: governar o país respeitando uma Constituição e respeitando todos os vieses democráticos de uma democracia constitucional.

Vários pesquisadores contribuem para a análise desse período. Carone (CARONE, 1991) e Levine (LEVINE, 1980) se destacam mostrando especificamente o equilíbrio tênue do momento e a necessidade sentida por Vargas em agradar aos militares, mesmo que algumas vezes a contragosto, como no caso do reajuste salarial.

A oposição, chamada de minoria parlamentar, não deixou passar a oportunidade e criticou o fato de o governo gerar novos gastos em um momento de crise econômica e financeira. Em resposta, os governistas defenderam-se sob a alegação de que a situação do país não era tão ruim, de modo que não se pudesse atender a uma reivindicação que era legítima.¹¹

O reajuste dos militares abriu um precedente para que oposição parlamentar, mais uma vez aproveitando a situação que se apresentava. Ela

¹¹ Diário do Poder Legislativo. 218ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 23/04/1935, p. 2989.

postulou então que o aumento fosse estendido aos funcionários públicos civis. O primeiro a defender essa proposta foi o deputado fluminense Mozart Lago, que afirmou: “em hipótese alguma”, votaria “a favor do aumento para as classes armadas sem que haja o mesmo para os funcionários civis”.¹² Tal posicionamento criou tal imbróglio, que deixou a resolução da questão para a legislatura seguinte.

No dia 27 de abril de 1934 foi encerrada a legislatura. Os deputados, que criaram a Constituição de 1934 e que fizeram parte da primeira Câmara dos Deputados do governo Vargas, deixaram o plenário e deram lugar, finalmente, aos eleitos pelo povo nas eleições de 14 de outubro de 1934. A nova legislatura que assumiu, segundo (SILVA, 2013, p. 31), contava com uma oposição mais fortalecida e que causaria muito mais dificuldades para Vargas do que ele tivera até aquele momento. O confronto entre Executivo e Legislativo partia para outro *round*.

A demora da Câmara dos Deputados para votar o reajuste dos militares, como vimos, causou muitos problemas ao governo federal. Em razão disso, Vargas acabou perdendo um de seus homens fortes, o general Góis Monteiro, que pediu demissão do Ministério da Guerra.

O problema começou quando, no final de abril de 1935, oficiais da cidade gaúcha de Cachoeira do Sul interpelaram o ministro sobre o projeto de reajuste, que transitava na Câmara sem uma solução há semanas. Góis Monteiro se posicionou imediatamente a favor de uma punição aos interpeladores, considerando uma quebra de hierarquia os questionamentos advindos de subordinados. Assim, eles foram detidos administrativamente.¹³

Flores da Cunha, interventor gaúcho e importante aliado de Vargas, contudo, defendeu os militares, entendendo a manifestação como legítima. Passou então a pressionar o presidente da República a fim de conseguir a liberdade dos oficiais. Diante de tal situação, Góis Monteiro entregou o cargo em 7 de maio de 1935. Ao *Diário da Noite*, limitou-se a dizer que pediu

¹² Diário do Poder Legislativo. 213ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 15/04/1935, p. 2668.

¹³ Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB). CPDOC- FGV. Verbetes Góis Monteiro.

demissão porque “não poderia permitir a intromissão intolerável da política no seio do Exército”.¹⁴

Daí em diante, as relações entre o agora ex-ministro da Guerra e o governador gaúcho pioraram muito.¹⁵ O problema para Vargas era que, além de ministro da Guerra, Góis Monteiro se destacava como figura essencial nas articulações políticas do Poder Executivo com o Exército, além de ser decisivo nas ações de combate ao comunismo dentro das Forças Armadas. Por outro lado, Flores da Cunha também tinha enorme importância política, sendo um elo fundamental entre o governo e o sul do país e um nome de trânsito crescente na política nacional.

O pedido de demissão do ministro da Guerra pegou de surpresa a Câmara dos Deputados. O general, de forma vaga, mencionou que políticos o estavam atrapalhando a desempenhar suas funções. O deputado opositor Bias Fortes (PRM) tentou aguçá-la crise, solicitando ao general que revelasse os nomes a que se referia, com claro intento de provocar mal estar entre os deputados da maioria:

Faz o general Góis Monteiro, como é praxe, grande acusação aos políticos brasileiros, e como a minoria parlamentar também constitui esse grupo político quer desde já lavar sua testada, mostrando não ter contribuído, de qualquer modo, para as agitações, perturbações ou indisciplinas verificadas no Exército. O que se depreende das palavras do sr. Ministro da Guerra é que os políticos que o perturbam não são os da minoria, mas sim os da própria maioria.¹⁶

Diante das pressões por mais detalhes sobre sua saída do governo, Góis Monteiro não fez mais segredo e confirmou as palavras do deputado: criticou publicamente Flores da Cunha, dizendo que ele colocava seus

¹⁴ *Diário da Noite*, 08/05/1935, p. 1.

¹⁵ Para mais informações, ver: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro* (DHBB). CPDOC – FGV. Verbete Flores da Cunha.

¹⁶ *Diário do Poder Legislativo*. 4ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 08/05/1935, p. 206.

interesses pessoais acima dos do país e que fazia de tudo para ser o futuro presidente da República. Góis Monteiro era um veemente defensor de que não houvesse qualquer intervenção civil nas Forças Armadas, conforme consta em seus escritos (MONTEIRO, 1934) e também confirmam diversos estudos sobre o general, como o de Coutinho (COUTINHO, 1955).

Ou seja, em meados de 1935, observando-se esse debate, chama a atenção o fato de a dinâmica da política brasileira já estar se agitando em função das eleições presidenciais diretas que ocorreriam em 1938. John F. Dulles, estudioso do período, reforça o mesmo entendimento, considerando que o governador gaúcho agiu, a partir de meados de 1935, com o claro objetivo de preparar a sua chegada à presidência (DULLES, 1967, p. 155). Algo, vale lembrar, que Góis Monteiro pretendia, pois se apresentou como candidato às eleições indiretas de julho de 1934, quando a Assembleia Nacional Constituinte elegeu Getúlio Vargas como presidente constitucional.

Em meio a crises na maioria governista, a Câmara deu prosseguimento aos trabalhos da legislatura anterior. O reajuste dos militares precisava ser votado pela terceira e última vez antes de ser enviado à sanção presidencial. O resultado foi que a Câmara não apenas aceitou e aprovou o aumento,¹⁷ como o estendeu também aos funcionários públicos civis.

A questão era tão importante que Vargas reuniu todo o ministério para debater o assunto. Em seu diário, registrou que passara a tarde inteira com seus ministros e comentou o que foi discutido:

[...] reuni o Ministério, sendo discutido o projeto de reajustamento de vencimentos. O ministro da Fazenda propunha o veto total, que só obteve o apoio do ministro da Viação.¹⁸ Todos os outros discordaram. Resumi os debates, expliquei os antecedentes da questão, os compromissos assumidos, os erros praticados e, por fim, a conclusão de que eram a sanção dos militares e o veto da outra [parte] (VARGAS, 1995, p. 390).

¹⁷ Sancionado por Vargas em 15/05/1935.

¹⁸ O Ministro da viação, à época, era João Marques dos Reis (Partido Social Democrático/BA).

O presidente acabou optando por sancionar o abono aos militares, mas se negou a fazer o mesmo para os civis, vetando a parte referente a eles. Entre os “antecedentes da questão” a que se refere Vargas está a enorme pressão que os militares exerceram sobre o governo, conforme vimos. Optou-se por evitar o confronto com as Forças Armadas. Por outro lado, foi mais fácil dizer não aos funcionários públicos civis.

Assim, a oposição teve, com apenas onze dias de legislatura, mais uma grande oportunidade para atacar o governo e tentar jogar os deputados da maioria governista uns contra os outros. Henrique Dodsworth (Partido Economista Democrático/RJ) afirmou que não sabia “como denominar atitude dessa natureza”, ao se referir ao veto. Demonstrou indignação e disse que a emenda, estendendo o aumento aos civis, foi criada por iniciativa da própria bancada gaúcha governista do Partido Republicano Liberal (PRL/RS). Portanto, o presidente tinha passado por cima da decisão da Câmara, inclusive de seus próprios aliados.¹⁹ Outro a protestar foi o governista Barreto Pinto, pois era representante profissional dos funcionários públicos.

O objetivo da oposição foi alcançado, uma vez que os deputados governistas evitaram defender o veto. A imprensa percebeu o desconforto entre os governistas e assim noticiou o fato, realçando a dificuldade, mais uma vez, de se achar um deputado na Comissão de Finanças disposto a emitir parecer sobre o veto presidencial:

Não serão poucos os oradores que se apresentarão, em plenário, para discutir as razões do veto presidencial ao reajustamento dos salários do funcionalismo civil. Quase todos, porém, assomarão à tribuna para combater a atitude, no caso, do Chefe do Poder Executivo. [...] Ainda não se sabe, todavia, quem irá sustentar as razões presidenciais. A dificuldade para se encontrar um relator na comissão de finanças é sintomática.²⁰

¹⁹ Diário do Poder Legislativo. 8ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 14/05/1935, p. 362.

²⁰ *Jornal do Brasil*. 31/05/1935.

O veto causou sérios problemas para o governo. Os jornais ressaltaram a diferença de tratamento entre militares e civis. O *Correio da Manhã* publicou em seu editorial um texto duro contra o governo, intitulado *A Humilhação do veto*, desferindo críticas a torto e a direito:

Quando o senhor Getúlio Vargas evidenciou sua ambição de continuar como presidente da República, nós aqui declaramos que a sua eleição era indesejável, visto que ele não soubera honrar o mandato de que fora revolucionariamente investido. O poder em suas mãos vacilantes fora instrumento de desordem e anarquia. Todos os serviços administrativos estavam completamente desorganizados. [...] Executivo e Legislativo, numa colaboração escandalosa, atentaram ao mesmo tempo contra a Constituição: [...] como os militares estão armados e os civis desarmados, à sua incurável fraqueza moral impôs-se a decisão monstruosa: ficar bem com a força, desdenhando do resto.²¹

Por fim, a reportagem terminou com ataques violentos ao presidente da República, chamado de incompetente, dissimulado e preocupado apenas em se manter no cargo.

O presidente da República imagina separar os militares dos civis, escorando-se nos primeiros para se livrar dos segundos. O seu diabólico pensamento resume-se nisto: pusilanimidade e dissimulação. À incompetência provada, junta-se a maldade aguçada. Não é a justiça da causa do funcionalismo, fardado ou à paisana, que o preocupa. Devora-o a ambição de continuar no poder, bem pago, bem instalado e satisfeito da sua onipotência. Insensível aos sofrimentos e aos desesperos de um povo explorado e ludibriado, um erro de psicologia leva-o a acreditar que, de agora em diante nada lhe acontecerá.²²

²¹ *Correio da Manhã*. 15/05/1935, p. 4, “A humilhação do veto”.

²² *Id.*, *ibid.*

Diante das pressões da opinião pública, vários deputados governistas recuaram e não quiseram aprovar uma medida tão impopular. Nesse sentido, convém perceber os limites da solidariedade que muitos parlamentares tinham com Vargas. Até mesmo o paulista Cardoso de Melo Neto (Partido Constitucionalista/SP), que esteve ao lado do presidente em debates de importância fundamental para o governo (DUARTE DA SILVA, 1996, p. 17), como o da Lei de Segurança Nacional, se recusou a ser o relator responsável por emitir o parecer sobre o veto presidencial na Comissão de Finanças e Orçamento, devolvendo a incumbência ao presidente da comissão, João Simplicio (Partido Republicano Liberal/RS).²³

O desconforto foi tão grande que, depois do líder da bancada paulista, o deputado Arnaldo Bastos, governista do Partido Social Democrático de Pernambuco (PSD/PE), seguiu o mesmo caminho, alegando que tinha que viajar ao Recife e que não teria tempo para elaborar o parecer. Em seguida, Clemente Mariani, do Partido Social Democrático da Bahia (PSD/BA), também refutou a relatoria. Barreto Pinto (classista/funcionários públicos) chegou a propor que o projeto fosse remetido à Câmara sem parecer, devido à dificuldade de se encontrar um relator, solução esta apoiada também por Acúrcio Torres (Partido Evolucionista/RJ).²⁴

Após voltar de viagem à Argentina, a primeira medida de Vargas foi convocar uma reunião com seus aliados do Rio Grande do Sul, justamente os que haviam proposto a extensão do aumento salarial para os funcionários públicos civis. Contou mais uma vez com o apoio de um de seus homens de confiança, João Carlos Machado (PRL/RS). O presidente registrou em seu diário as dificuldades do encontro e o esforço que fez para convencer os deputados a apoiarem seu veto:

²³ Diário do Poder Legislativo. 14ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 20/05/1935, p. 548.

²⁴ Diário do Poder Legislativo. 20ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 27/05/1935, p. 739.

Reuni a representação do Rio Grande, que eu receberia, habitualmente, às sextas-feiras, conforme já combinara com João Carlos antes de seguir para o Prata. O assunto discutido foi o veto presidencial ao reajustamento do vencimento dos funcionários civis. Expliquei todos os antecedentes do caso e que não poderia deixar de vetar: 1º) porque a Câmara invadira atribuições do Executivo tomando a iniciativa de uma despesa, e que minha concordância constituiria um precedente; 2º) que mesmo sancionando eu não teria como executar, porque não tinha recursos 3º) que não era um reajustamento e sim um aumento puro e simples de vencimentos 4º) que o reajustamento é o que se ia fazer tendo por base o estudo da comissão que estava trabalhando. Apesar disso, alguns teimosos colocaram seus melindres pessoais acima dessas e de outras considerações para ficar contra o veto. A grande maioria, porém, tive a impressão de que seria favorável.

No fim de junho de 1935, passados mais de 30 dias do veto, simplesmente nenhum deputado da base governista ousou ir à tribuna falar em favor da atitude presidencial. A crise estava definitivamente instalada entre os deputados governistas e Vargas não encontrava apoio na Câmara para levar sua decisão adiante. O medo da opinião pública deixou os governistas diante de um impasse: apoiar o presidente e se indispor com os eleitores ou criar um perigoso precedente ao negar apoio a Vargas, podendo fortalecer politicamente a oposição. Barreto Pinto, representante classista, foi o único deputado governista a discursar sobre o assunto, optando pela defesa do reajuste de seus representados. Suas palavras demonstram a enorme pressão que existia sobre os deputados, e o ambiente desfavorável para o governo. O tom sarcástico e saboroso do discurso mostra a construção de uma forte opinião pública contra o veto de Vargas:

Até o órgão oficial da Casa, o Diário do Poder Legislativo, só tem publicado discursos contrários ao infeliz veto do senhor Presidente da República. Devo assinalar que o único jornal que não falou mal, até hoje,

do veto, foi o *Diário Oficial*, porque o seu redator-chefe é o próprio autor do veto [risos no plenário]. Posso, todavia, assegurar que não há funcionário algum do *Diário Oficial*, do aprendiz de linotipista a redator principal, que se não tenha, no íntimo da sua consciência, revoltado contra ato do senhor Presidente da República. [...] Não é uma parcela da opinião pública que está apaixonada, é a totalidade da opinião pública. Só não está apaixonado quem não tem opinião.²⁵

Diante da oportunidade, a oposição, é claro, capitalizou politicamente o episódio. Seu líder, João Neves da Fontoura (Frente Única Gaúcha/RS), anunciou mais um grande discurso. A oposição encheu o plenário com seus deputados e as galerias com seus correligionários.²⁶ Muito aplaudido, Neves mencionou a crise entre os aliados do governo e repetiu o que Dodsworth havia dito cerca de um mês antes: Vargas “não tem um só amigo” entre os deputados da maioria. Afirmou ainda que a base governista o apoiava “quase sempre com reservas”. Voltou a fazer um balanço do passado recente do país, mais uma vez concluindo que o presidente havia abandonado o programa da Aliança Liberal.²⁷

Vargas, a julgar pelas anotações em seu diário, estava bastante contrariado. Reclamou muito das palavras de João Neves e de Batista Luzardo (FUG/RS) contra o veto:

A oposição rio-grandense – João Neves e Batista Luzardo – abriu as baterias contra mim. O primeiro é um pequeno frasquinho de veneno manejando brilhante capacidade oratória; o segundo, com a má-fé inconsciente dos espíritos obtusos, mal se equilibra entre as contradições da sua palavra e de seus atos [...] (VARGAS, 1995, p. 397).

²⁵ Diário do Poder Legislativo. 39ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 18/06/1935, p. 1372.

²⁶ Local de onde era permitido que a população assistisse às sessões legislativas.

²⁷ Diário do Poder Legislativo. 40ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 19/06/1935, p. 1403-1404.

Diante da ofensiva firme da oposição, o gaúcho João Carlos Machado mais uma vez justificou a confiança que Vargas tinha nele, indo à tribuna para se dizer decepcionado pela “forma violenta” com a qual a minoria estava atacando a política do governo.²⁸ Porém sua ponderação não teve grandes efeitos. Dois dias depois Acúrcio Torres subiu à tribuna para afirmar que o governo federal estava “acéfalo”.²⁹

Por fim, após várias negativas, Carlos Luz (Partido Progressista/MG), em seu primeiro mandato como deputado federal, aceitou ser o relator do veto de Vargas. Apoiou o presidente, alegando que, em uma análise mais minuciosa, percebeu que a previsão de gastos com o reajuste militar estava mais bem detalhada do que a sobre o aumento dos civis. Prestou parecer favorável ao veto, alegando que o reajuste dos civis deveria ser mais bem estudado antes de ser reapresentado à Câmara, e que, para tal, seria criada uma comissão especial. A saída encontrada por Luz acabou satisfazendo aos seus colegas. Mesmo assim, Vargas teve o veto confirmado em uma votação difícil, que terminou na contagem apertada de 125 votos favoráveis e 104 contrários. Os números demonstram ainda o enorme interesse sobre a questão, já que somente 25 do total de 254 deputados não compareceram à sessão legislativa. O *Correio da Manhã* lamentou e colocou em manchete de capa uma declaração do deputado João Mangabeira (Liga de Ação Social e Política/BA): “O que está em jogo é a Constituição violada, são os sentimentos humanos esquecidos, são os direitos de uma classe inteira renegados”.³⁰

A crise estava contornada, mas o governo saiu muito abalado, tendo clara a urgência de melhorar o diálogo junto à sua base governista na Câmara. A conclusão que pode ser tirada desse episódio é que, naquele momento, Vargas julgou imprescindível atender aos anseios dos militares. Enviou o reajuste à Câmara a contragosto. Ao negar o aumento aos civis, colocou em

²⁸ Diário do Poder Legislativo. 43ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 24/06/1935, p. 1583.

²⁹ Diário do Poder Legislativo. 45ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 26/06/1935, p. 1672.

³⁰ *Correio da Manhã*, 27/06/1935.

ameaça o clima relativamente tranquilo que até então vigorava entre os deputados governistas. O verdadeiro bombardeio levado a efeito pelos jornais contra seu veto deixou o presidente certo de que havia “necessidade de coordenação da imprensa”, conforme anotou em seu diário (VARGAS, 1995, p. 390 e 391).³¹

Vargas, em maio de 1935, causou um profundo mal-estar entre os deputados, dividindo os próprios governistas. Além disso, foi uma medida bastante impopular, que jogou grande parte da imprensa contra o presidente. Era um primeiro sinal da crise que se instalaria, não apenas entre governo e Parlamento, mas também entre os próprios aliados de Vargas, que cada vez mais titubeavam em apoiar as medidas presidenciais.

Mas a questão do reajuste salarial dos funcionários públicos civis não terminou aí. A minoria não deixou o caso cair em esquecimento. Pressionaram recorrentemente, ao longo dos meses seguintes, para que fosse elaborado um estudo financeiro que tornasse viável a concretização do aumento.³² Henrique Dodsworth foi o principal representante da oposição na comissão especial criada para esse fim e cobrou insistentemente que o relatório final fosse enviado para o Ministério da Fazenda.³³ Outro a continuar a reclamar por uma solução foi o representante dos funcionários públicos, o deputado Barreto Pinto.

O governo procurou postergar o assunto. Por fim, esse aumento acabou sendo a última aprovação do ano no Congresso, nos dias finais de 1935, graças à pressão oposicionista.

³¹ Não foi à toa que, na reforma da Lei de Segurança, em dezembro de 1935, a censura à imprensa seria um dos principais objetivos presidenciais, como será visto mais adiante.

³² Um requerimento chegou a ser enviado pela oposição ao ministro da Fazenda, Souza Costa, pedindo uma definição sobre a questão. Diário do Poder Legislativo. 140ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 17/10/1935, p. 6233.

³³ Dodsworth discursou reclamando da situação nas sessões legislativas dos dias 29/11, 13/12, 14/12, 26/12 e 27/12, conforme verificado no Diário do Poder Legislativo dos referidos dias. Foi o deputado mais engajado pela causa, mais até do que Barreto Pinto, representante classista dos funcionários públicos. Isso se deve ao fato de Henrique Dodsworth ter sido o representante da oposição na comissão que preparou as novas tabelas remuneratórias e definiu de onde viriam os recursos para sua aplicação, o que lhe valeu conhecimento de causa para cobrar a aplicação do que havia sido definido.

O capítulo final dessa verdadeira batalha parlamentar está intimamente ligada às consequências da chamada Intentona Comunista na Câmara. Após as insurreições, criou-se um ambiente amplamente favorável ao governo, que conseguiu a aprovação da reforma da Constituição e a modificação da Lei de Segurança Nacional, obtendo mais prerrogativas de ação e maior independência em relação ao Legislativo.

Derrotada politicamente, restou à minoria parlamentar a luta política em questões pontuais. A mais importante delas, que poderia reacender o apoio da imprensa e da população à oposição, foi o caso do reajuste salarial dos funcionários públicos civis. Quase sete meses depois do veto presidencial, a questão continuava sem solução. Contudo, nesse momento, João Neves resolveu colocar em xeque a aprovação da operação de crédito que garantiria a manutenção do aumento dos militares em 1936. Declarou que a minoria só daria quórum às últimas votações do ano de 1935, se o reajuste dos civis também entrasse em pauta:

Vou dar a razão pela qual, nestes últimos dias, a minoria procura impedir as votações. É a seguinte: não podemos compreender que o Governo da República não haja cumprido, até agora, nas últimas horas da sessão legislativa, a promessa solene que empenhou ao país de prover ao reajustamento do funcionalismo civil. [...] Em represália, enquanto pudermos, não daremos número para as votações.³⁴

Ou seja, ainda sob o impacto das medidas de exceção, ficava claro que a questão do aumento do funcionalismo público civil tocava fundo a população, permitindo uma certa recomposição da bancada de oposição. Ninguém, muito menos os governistas, queriam ficar mal diante do funcionalismo civil. Inicialmente, o governo propôs 40 mil contos de réis a serem gastos com o aumento dos funcionários públicos civis. Porém, depois

³⁴ Diário do Poder Legislativo. 206ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 27/12/1935, p. 10001.

de algumas negociações, Vargas subiu a oferta para 80 mil.³⁵ O valor era bem menor do que os cerca de 200 mil contos de réis anuais a serem gastos com os militares, mas acabou sendo aceito pela oposição. Considerando as restritas circunstâncias de ação, foi uma importante vitória da minoria.

Assim se encerrava uma questão muito interessante para a compreensão da dinâmica de forças dentro da Câmara dos Deputados e, mais do que isso, da complexidade dos interesses que regem o debate político.

Cabe lembrar que, após os levantes de novembro, chamados de “Intentona Comunista”, os militares foram fundamentais para Vargas, apoiando-o irrestritamente nas medidas duras contra os adversários do governo, sempre com o discurso anticomunista servindo de apoio para prisões, condenações e exílios.

O brasilianista Frank McCann, ao estudar os desdobramentos das revoltas de novembro, afirma que a imprensa teve importância fundamental para o aumento do poder do Executivo, ao defender a aplicação de medidas rigorosas contra os comunistas (MCCANN, 2007, p. 489). O pesquisador Robert Levine realça a importância dos militares no apoio a Vargas para colocar em prática as medidas de exceção (LEVINE, 1970, p. 195). O também brasilianista John Dulles converge com a avaliação de Levine, destacando a atuação de Góis Monteiro, que teria preparado um “longo relatório para demonstrar que a Constituição de 1934 não era apropriada às condições do momento” (DULLES, 1967, p. 162). O historiador Hélio Silva é mais um a reiterar a importância de João Gomes e Góis Monteiro, apontando-os como estratégicos para a ofensiva contra a Constituição e a favor do fortalecimento do Poder Executivo (SILVA, 1970, p. 88 e 92).

O reajuste aprovado em meados de 1935 foi, sem dúvida, fundamental para manter o apoio das Forças Armadas ao governo. Um momento decisivo, em que alguns militares chegaram a ameaçar Vargas em caso de veto ao aumento do soldo militar, mas que terminou com o “sim” do

³⁵ Segundo revelou o deputado Barreto Pinto. Diário do Poder Legislativo. 206ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 30/12/1935, p. 10385.

presidente da República, que representou um passo decisivo para aparar arestas entre a mais alta autoridade do país e os militares.

1935 foi um ano de luta política intensa, com disputa entre vários projetos políticos pelo poder, de polarização ideológica, com integralistas e aliancistas em confronto violento, sindicatos mobilizados e lideranças da oposição retornando à política institucional – foram anistiados pela Carta de 1934 e muitos conseguiram ser eleitos nas eleições municipais e federais de outubro de 1934, assumindo em maio de 1935.

Nesse contexto, estar bem com as Forças Armadas era fundamental. E Vargas percebeu isso. Julgou que o aumento salarial dos civis podia esperar, mas o dos militares não.

Referências

Documentação primária

Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital Brasileira.

Correio da Manhã.

Diário da Noite.

Diários do Poder Legislativo. Anos 1934 e 1935. Coleção “Diários da Câmara dos Deputados”. Disponível em <http://imagem.camara.gov.br/pesquisa_diario_basica.asp>.

Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>.

Jornal do Brasil.

Obras de apoio

CARONE, Edgard. *Brasil: anos de crise (1930-1945)*. São Paulo: Ática, 1991.

CARR, Edward H. *Vinte anos de crises: 1919-1939*. Brasília: UNB, 1981.

CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar: 2005.

CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, de 16 de julho de 1934.

- COUTINHO, Lourival. *O general Góis depõe*. Rio de Janeiro: Coelho Branco, 1955.
- DICIONÁRIO HISTÓRICO BIBLIOGRÁFICO BRASILEIRO, CPDOC – FGV.
- DUARTE DA SILVA, Luiz Sérgio. *O enigma dos anéis e dos dedos: discurso e política liberal nos anos 1930*. Goiânia: Editora UFG, 1996.
- DULLES, John W. F. *Anarquistas e comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1973.
- _____. *Getúlio Vargas: biografia política*. Rio de Janeiro: Renes, 1967.
- GOMES, Ângela Maria de Castro. (Coord.) *Regionalismo e centralização nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- LEVINE, Robert M. *O Regime de Vargas: os anos críticos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- McCANN, Frank D. *Soldados da Pátria: história do Exército Brasileiro, 1889-1937*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- MEDEIROS, Jarbas. *Ideologia Autoritária no Brasil. 1930/1945*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1978.
- MORAIS FILHO, Evaristo de. *A experiência brasileira de representação classista na Constituição de 1934*. Carta Mensal. Órgão do Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio. Rio de Janeiro (258) set. 1976.
- MONTEIRO, Pedro Aurélio de Góis. *A Revolução de 1930 e a finalidade política do Exército (Esboço Histórico)*. Rio de Janeiro: Adersen, 1934.
- NICOLAU, Jairo. *História do voto no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004.
- SEITENFUS, Ricardo A. Silva. *O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos: 1930-1942*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985.
- SILVA, Hélio. *1934 Todos os golpes se parecem*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
- SILVA, Estevão Alves da; Silva, Thiago Nascimento da. *Eleições no Brasil antes de 1945: os casos de 1933 e 1934. III Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da USP*, 2013.

TAVARES, Ana Lucia de Lyra. *A Constituinte de 1934 e a representação profissional: estudo de direito comparado*. Rio de Janeiro: Forense, 1988.

VARGAS, Getúlio. *Diário*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1995. v. 1.